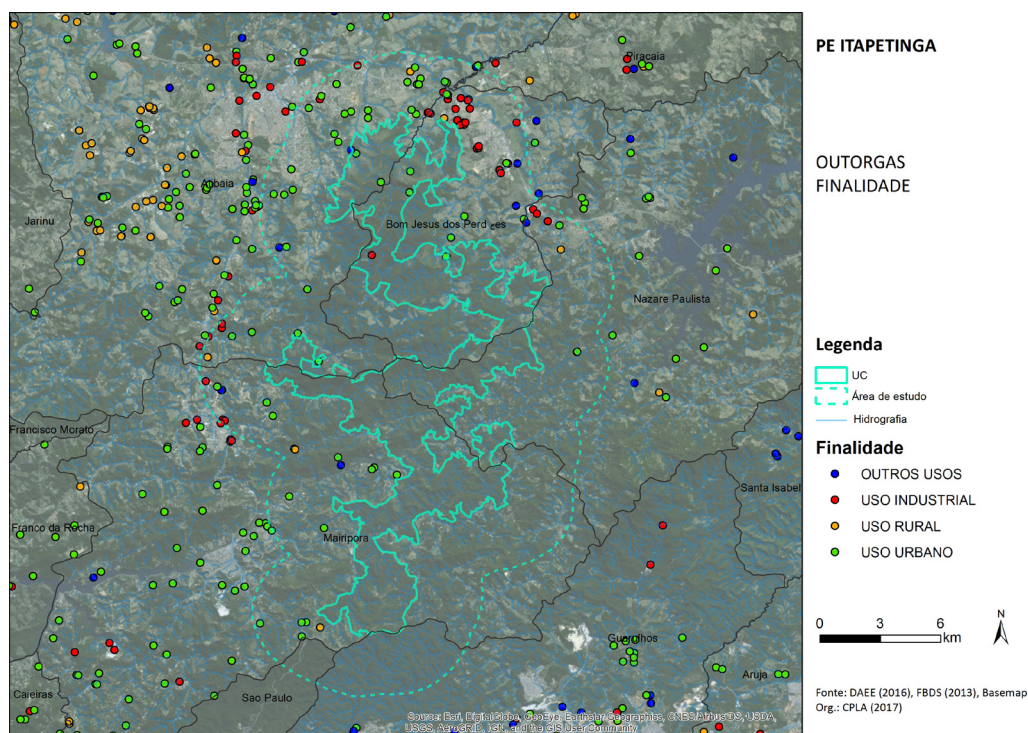


## APÊNDICE 2.2.U. Outorgas por Finalidade na Área de Estudo



Fonte: DAAE (2017), elaborado por SMA/CPLA (2017).

## 2.3. VETORES DE PRESSÃO E CONFLITOS DE USO

### 2.3.A. RELATÓRIO VETORES DE PRESSÃO E CONFLITOS DE USO

A temática Vetores de Pressão e Conflitos de Uso tem por objetivo apresentar indicativos dos vetores de pressão e conflitos negativos identificados e espacializados na área do Parque Estadual Itapetinga, tanto dentro dos limites da unidade como em seu entorno de 3km.

Para caracterização e definição dos indicativos de pressão, conflitos e problemas que afetam a unidade de conservação, foi realizado levantamento de dados secundários, priorizando:

- Revisão das informações do Relatório Final de Criação de Sistema de Áreas Protegidas do Contínuo da Cantareira: Serras do Itaberaba e Itapetinga (SÃO PAULO, 2010); do Plano de Ação de Fiscalização do Parque Estadual Itapetinga (SÃO PAULO – CFA – SIM, 2017); dos Registros da ação de Formação Socioambiental realizada no Polo1 (SÃO PAULO, 2013).
- Dados e registros:
  - dos Autos de Infração Ambientais lavrados e espacializados na área do Parque Estadual Itapetinga, entre os anos de 2013 e 2016;
  - das ações e ocorrências registradas pelo Parque Estadual de Itapetinga nas ações de fiscalização realizadas no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação (SIM) e espacializadas no território da UC, entre os anos de 2013 e 2016;
  - das ocorrências de incêndio florestal registradas pelo Parque Estadual Itapetinga no âmbito da Operação Corta Fogo, entre os anos de 2014 e 2016;
  - dos empreendimentos licenciados e espacializados no território da UC, loteamentos aprovados e autorizações de supressão de vegetação emitidas pela CETESB, entre os anos de 2010 e 2016.

A partir dos levantamentos foi realizada a análise quantitativa e qualitativa dos dados secundários, buscando articular as informações registradas às políticas, programas e dinâmicas identificadas na região, com vistas a mapear os principais indicativos negativos de pressão e conflitos, bem como as áreas de maior vulnerabilidade na área do Parque Estadual Itapetinga.

## 1. Vetores de Pressão e Problemas

De acordo com o Relatório Final de Criação de Sistema de Áreas Protegidas do Contínuo da Cantareira: Serras do Itaberaba e Itapetinga (SÃO PAULO, 2010), os vetores de pressão negativos que se relacionam ao Parque Estadual de Itapetinga estão agrupados em seis categorias, identificando-se algumas características e considerações, conforme quadro 1:

### Quadro 1. Vetores de Pressão e Problemas e pressões decorrentes

<b>a) Vetores de Pressão Decorrentes de Ocupação Rural</b>
Problemas e pressões decorrentes: Manejo inadequado dos usos agrícolas (incluindo o uso do fogo); caça da fauna local; criação de animais domésticos que podem ser vetores de zoonoses para a fauna silvestre.
<b>b) Vetores de Pressão Decorrentes de Ocupação Urbana</b>
Problemas e pressões decorrentes: Esgoto não tratado destinado aos cursos d'água; especulação imobiliária; supressão de vegetação nativa e parcelamento irregular e clandestino do solo; impacto sobre a qualidade e quantidade dos recursos hídricos regionais.
<b>c) Vetores de Pressão Decorrentes de Acessos</b>
Problemas e pressões decorrentes: estradas rurais e trilhas utilizadas de forma intensificada e desordenada, especialmente por atividades relacionadas ao turismo, provocando assoreamentos e impactos nos recursos naturais e perturbação da fauna.
<b>d) Vetores de Pressão Decorrentes de Estruturas Lineares</b>
Problemas e pressões decorrentes: Servem como indutoras de atividades ilegais, como caça, coleta de espécies nativas e outras.
<b>e) Vetores de Pressão Decorrentes de Indústria</b>
Problemas e pressões decorrentes: Indústrias identificadas no entorno que podem impactar os recursos hídricos locais.
<b>f) Vetores de Pressão Decorrentes de Mineração</b>
Problemas e pressões decorrentes: Extração de minérios no entorno podem causar impactos ambientais decorrentes de seu funcionamento e após a paralisação das atividades.

Fonte: SÃO PAULO, 2010.

Segundo o diagnóstico situacional de problemas identificados no Plano de Ação de Fiscalização do Parque Estadual Itapetinga, elaborado pelo gestor da unidade e pelo comando local do policiamento ambiental, em 2013, no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação – SIM (SÃO PAULO, 2017), a unidade apresenta 14 principais problemas hierarquizados por grau de prioridade, conforme quadro 2:

### Quadro 2. Problemas

1) Ocupação humana (moradores que não foram desapropriados)
2) Ocupação irregular (invasão, moradias)
3) Incêndios Florestais
4) Uso público irregular (uso desordenado e não regulamentado de prática de voo livre, rapel, escalada e competições de aventura)
5) Caça
6) Agricultura, pastagem

7) Coleta de produtos florestais
8) Abertura de trilhas, caminhos (veículos off roads)
9) Conflitos de usos (dutos, estradas, linhas, torres)
10) Pesca
11) Extração de palmito
12) Mineração
13) Presença de Animais Domésticos (cães, gatos, gado, cavalos e porcos)
14) Balões e fogos de artifícios

Fonte: São Paulo – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação (SIM), 2017.

Considerando-se, ainda, os registros resultantes da ação de Formação Socioambiental realizada, no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação, no espaço dos Conselhos dos Parques Itaberaba e Itapetinga e do Monumento Natural da Pedra Grande, no ano de 2013, identifica-se o mapeamento das manifestações, efeitos e causas de ordem socioambiental do problema priorizado para discussão: uso e ocupações irregulares da UC, conforme quadro 3. A ação envolveu representantes do poder público e da sociedade civil, contando com a participação de técnicos de órgãos do Sistema Ambiental Paulista (Coordenadoria de Fiscalização, Polícia Militar Ambiental e Fundação Florestal); das Prefeituras de Arujá, Atibaia, Guarulhos, Mairiporã, Nazaré Paulista e Santa Isabel; da Câmara de Vereadores de Atibaia; de organizações da Sociedade Civil e representantes da RPPN Rio dos Pilões e munícipes e professores da rede pública de ensino da região.

### Quadro 3. Manifestação, efeitos e causa do problema: uso e ocupações irregulares da UC

<b>Manifestações e efeitos do problema</b>
Presença de construções irregulares, precárias e barracos; parcelamento irregular do solo; abertura de vias de acesso, trilhas e clareiras; lavouras e criação clandestina de animais; desmatamentos; queimadas; descarte de resíduos e desmanche de veículos; degradação dos recursos hídricos; erosões; assoreamentos; presença de armadilhas; tráfico de animais, extração de produtos florestais; pessoas e carros circulando livremente pela UC.
<b>Causas do problema</b>
Falta de identificação física dos limites da UC; pressão e exploração econômica; déficit habitacional; planejamento habitacional ineficiente; pressão e especulação imobiliárias; falta do plano de manejo; falta de controle nas vias de acesso da UC; estrutura de fiscalização defasadas em meios e fiscalização precária; tradições culturais e religiosas; criminalidade.

Fonte: São Paulo – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação (SIM), 2013.

## 2. Registros de Autos de Infração, Ações e Ocorrências

Considerando os registros dos Autos de Infração Ambiental (AIA) lavrados entre os anos de 2013 a 2016 dentro dos limites do Parque Estadual Itapetinga e na área de entorno de 3km, identifica-se um total de 194 autuações, conforme tabela 1. Destas autuações, 13% localizam-se dentro dos limites do parque e 87% no entorno da UC (Mapa Vetores de Pressão e Conflitos de Uso).

Percebe-se um aumento considerável no número de autos lavrados tipificados nas categorias “Flora” e “Área de Preservação Permanente – APP” no ano de 2016 em relação aos demais anos, o que pode indicar pressão sobre a vegetação em função da expansão e ocupação urbana, tanto no entorno como dentro dos limites da unidade. Observa-se também um aumento significativo das autuações tipificadas na categoria “Danos à UC” em 2016, o que tanto pode identificar os conflitos presentes pela não regularização fundiária do parque, como um aumento das ações de fiscalização no território.

Tabela 1. Autos de Infração Ambiental lavrados na área do Parque Estadual Itapetinga<sup>3</sup>

Tipo de Infração	2013	2014	2015	2016	Total
FLORA	9	18	13	45	85
APP	8	2	9	19	38
FAUNA	2	1	6	8	17
APM	6	10	0	0	16
DANOS À UC	1	1	3	9	14
ADM	2	3	4	4	13
BALÃO	2	4	0	0	6
POLUIÇÃO	3	0	0	0	3
FOGO	0	0	1	1	2
<b>Total Geral</b>	<b>33</b>	<b>39</b>	<b>36</b>	<b>86</b>	<b>194</b>

Fonte: São Paulo – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, 2017.

Dentre os municípios que abrangem o Parque Estadual Itapetinga, conforme tabela 2, Mairiporã, que abrange grande parte da porção Sul da unidade, destaca-se por concentrar o maior número de autuações (59%), inclusive com quase a totalidade das infrações registradas dentro da área da UC. Bom Jesus dos Perdões e Atibaia seguem na sequência, respectivamente com 20% e 12% das autuações.

Tabela 2. Autos de Infração Ambiental por municípios da área do Parque Estadual Itapetinga

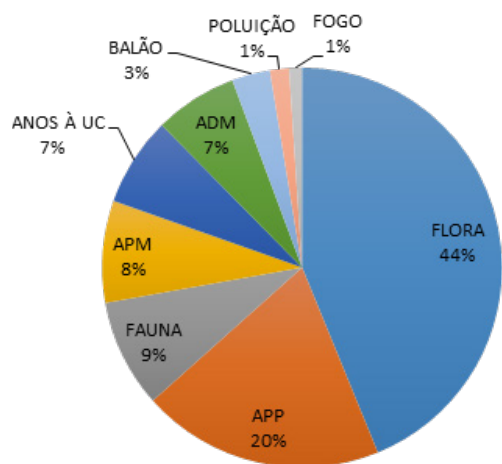
Municípios	Infrações dentro da UC	Infrações no entorno da UC	Total
MAIRIPORÃ	24	91	115
BOM JESUS DOS PERDÕES	1	38	39
ATIBAIA	0	24	24
NAZARÉ PAULISTA	0	15	15
GUARULHOS	0	1	1
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>169</b>	<b>194</b>

Fonte: São Paulo – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, 2017.

A maioria dos AIA, conforme gráfico da figura 1, referem-se à danos ambientais contra a flora, totalizando 44% das autuações tipificadas como “Flora” e 20% tipificadas na categoria “Área de Preservação Permanente (APP)”. Registra-se 9% de autos de “Fauna”, que se caracterizam pela manutenção de animais em cativeiro; infrações tipificadas na categoria “APM”, com 8%, que se referem ao uso irregular do solo nas Áreas de Proteção aos Mananciais; infrações tipificadas na categoria “Danos à UC”, com 7%; infrações administrativas (ADM), também com 7%, relacionadas ao descumprimento de embargo de obras ou atividades; 3% dos autos lavrados tipificados na categoria “Balão”, identificando atividades relacionadas à soltura ou fabricação de balões e; ainda, 1% de autos pelo uso irregular de fogo.

3 A partir da publicação da Resolução SMA 48, em 2014, a Polícia Militar Ambiental passou a não mais lavar autos de infração nas categorias APM e Poluição, em função das mudanças da legislação.

Figura 1. Tipos de infrações registradas na área do Parque Estadual Itapetinga



Fonte: São Paulo – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, 2017.

Considerando os tipos de infração em cada um dos municípios que abrangem a área do Parque Estadual Itapetinga, conforme tabela 3, observa-se em Mairiporã, um número significativo de autos relacionados à danos contra a flora, inclusive em áreas de preservação permanente; bem como de autos que indicam a ocupação irregular do solo na região, em alguns caso em áreas de proteção a mananciais, o que pode indicar vulnerabilidade à toda região Sul do Parque em relação a pressões oriundas da ocupação urbana e rural, bem como a problemas decorrentes destas como a preocupação com a manutenção da qualidade e disponibilidade de água na região.

O município de Bom Jesus dos Perdões, embora em menores proporções também apresenta indicativos para um mesmo quadro de pressão da ocupação urbana, em especial na área lindeira à Noroeste da UC.

Tabela 3. Tipos de infrações por municípios da área do Parque Estadual Itapetinga

Infração	Flora	APP	Fauna	APM	Danos à UC	ADM	Balão	Poluição	Fogo	Total
MAIRIPORÃ	57	14	5	16	13	4	4	1	1	115
BOM JESUS DOS PERDÕES	12	10	7	0	1	7	2	0	0	39
ATIBAIA	12	6	4	0	0	1	0	1	1	24
NAZARÉ PAULISTA	4	7	1	0	0	1	0	0	0	15
GUARULHOS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>38</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>194</b>

Fonte: São Paulo – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, 2017.

Observando-se as ações e ocorrências registradas nas ações de fiscalização do Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação (SIM), entre os anos de 2013 a 2016, identifica-se, conforme tabela 4, um total de 16 ações fiscalizatórias e de 89 ocorrências registradas. Destas, 41% foram realizadas em operações integradas entre a Polícia Ambiental e a equipe da unidade de conservação; 58% apenas pela equipe da UC; e 1% em ações da Polícia Ambiental.

Tabela 4. Ações e Ocorrências registrados na área do Parque Estadual Itapetinga

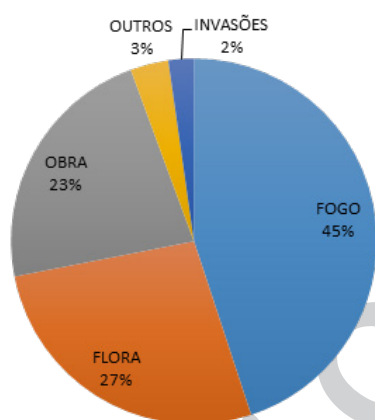
Tipo de Atividade	2013	2014	2015	2016	Total
AÇÕES	2	4	2	8	16
OCORRÊNCIAS	22	14	32	21	89
FOGO	13	7	9	11	40
FLORA	5	5	10	4	24
OBRA	2	1	13	4	20
OUTROS	0	1	0	2	3
INVASÕES	2	0	0	0	2

Fonte: São Paulo – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação (SIM), 2017.

As ocorrências registradas estão tipificadas, conforme gráfico da figura 2, em maior parte na categoria “Fogo”, com 45%; indicando em maioria incêndios florestais ocorridos na área do Parque e alguns registros de uso irregular do fogo para queimada de pasto e/ou cultura.

As categorias “Flora” e “Obra” têm, respectivamente, o segundo e terceiro maior percentual, com 27% e 23% das ocorrências registradas, indicando presença de ocupações irregulares e supressão da vegetação; em sua maioria estão localizadas dentro do parque, com maior incidência na região sul, na área do município de Mairiporã.

Figura 2. Tipos de ocorrências registradas na área do Parque Estadual Itapetinga



Fonte: São Paulo – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação (SIM), 2017.

Considerando os dados das Ocorrências de Incêndio registrados no âmbito da Operação Corta Fogo, na área do Parque Estadual Itapetinga, entre os anos de 2014 e 2016, conforme tabela 5, identifica-se um total de 26 incêndios florestais: 17 ocorridos dentro da UC; 6 na área de entorno e 3 incêndios que atingiram tanto a área da UC como seu entorno. OS registros indicam que 38% dos incêndios impactaram áreas de vegetação nativa ou em regeneração, queimando um total de mais de 249 ha dentro da unidade e de 95,6 ha na área de entorno. O incêndio com o registro de maior área queimada ocorreu em 2014, atingindo 103 ha dentro do Parque Estadual de Itapetinga.

Destes incêndios, 14 ocorrências (54%) se concentraram no município de Atibaia e 10 ocorrências (38%) no município de Bom Jesus dos Perdões. Das causas prováveis do fogo, registra-se, em 61% das ocorrências, possibilidade de relação com manejo irregular do fogo em atividades agrosilvopastoris (extração de madeira, renovação de pastagem, limpeza de terreno etc.).



Tabela 5. Ocorrências de Incêndio Florestal registradas na área do Parque Estadual Itapetinga

Ano / Unidade de Conservação	Nº Incêndios UC	Nº Incêndios ZA	Nº Incêndios UC e ZA	Área queimada UC (ha)	Área queimada ZA (ha)	Total Área queimada (ha)
2014						
PE Itapetinga	5	1	-	184	61	245
2015						
PE Itapetinga	4	5	1	15,42	18,01	33,43
2016						
PE Itapetinga	8	1	2	50,02	16,619	66,639
<b>Total Geral</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>249,44</b>	<b>95,629</b>	<b>345,069</b>

Fonte: São Paulo – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – Operação Corta Fogo, 2017.

Por fim, entre os anos de 2010 e 2016, foram observados 12 registros de autuações pela CETESB para empreendimentos localizados na área de entorno de 3 Km da Unidade de Conservação (municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Mairiporã), sendo 5 deles referentes a Agenda Verde, 3 referentes a poluição do ar, 2 referentes a áreas Contaminadas e 2 referentes a poluição das águas.

### 3. Infraestruturas, autorizações de supressão da vegetação e áreas contaminadas

Em relação aos grandes empreendimentos licenciados pela CETESB na região, registra-se 2 empreendimentos de parcelamento do solo com licença prévia aprovada (2013 e 2014) na área de entorno de 3km da Unidade de Conservação (Mapa Vetores de Pressão e Conflitos de Uso).

Em relação aos empreendimentos licenciados pela CETESB sem avaliação de impacto ambiental, foram observadas, entre os anos de 2010 a 2016, 2 licenças de empreendimentos (extração de água mineral e indústria de fabricação de vidros) na área de entorno de 3 Km da Unidade de Conservação, nos municípios de Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista. Além disso, entre os anos de 2010 a 2017 (GRAPROHAB) identifica-se 27 autorizações registradas, totalizando uma área de 275 ha nos municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista.

Dentre as infraestruturas localizadas na área de estudo (3 Km), foi registrada uma rodovia estadual (SP-065), dutos e linhas de transmissão (138 kV e 440 kV).

Entre os anos de 2010 e 2016, registra-se ainda autorizações de supressão de vegetação aprovadas pela CETESB nos municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista com 54,73 ha de área e 2.676 árvores isoladas a serem suprimidas.

Na área de entorno de 3 Km do PE Itapetinga foram identificadas 8 áreas contaminadas ou reabilitadas (ano 2015), sendo 3 áreas classificadas como “Em processo de remediação”, 3 áreas classificadas como “Contaminada sob investigação” e 2 como “Em processo de monitoramento para encerramento”.

### 4. Análise dos Vetores de Pressão, Conflitos e Problemas

Considerando os vetores de pressão, os conflitos e os problemas mapeados na área do Parque Estadual Itapetinga e tomando como base os dados analisados e sua espacialização no território (Mapa Vetores de Pressão e Conflitos de Uso), identifica-se:

A) Total de 194 autuações lavradas na região, sendo 13% dentro da unidade de conservação (UC) e 87% no entorno do parque. Dentre os municípios que abrangem a área do Parque Estadual Itapetinga, Mairiporã, na parte Sul da unidade, é a que indica maior vulnerabilidade e pressão, destacando-se por concentrar o maior número e percentual de autuações (59%), inclusive com quase a totalidade das infrações registradas dentro da área da UC. Bom Jesus dos Perdões e Atibaia seguem na sequência, respectivamente com 20% e 12% das autuações.

B) Na análise dos problemas e pressões decorrentes da **ocupação urbana** e relacionados à **supressão de vegetação nativa; parcelamento irregular e clandestino do solo; impacto sobre a qualidade e quantidade de recursos hídricos:**

- Entre os anos de 2013 a 2016:
  - Total de 123 autuações caracterizadas por danos à flora, tipificadas nas categorias “Flora” e “Área de Preservação Permanente – APP”, sendo 10% dentro dos limites da UC e 90% na área de entorno de 3km. A área sul da unidade é a que indica maior vulnerabilidade, tendo o município de Mairiporã o maior número e percentual dos registros, com 58%; seguido de Bom Jesus dos Perdões, à Nordeste, com 18% das autuações; e de Atibaia, localizada à Noroeste, com 15% dos autos classificados nestas categorias.
  - 16 autuações tipificadas na categoria “APM”, que se referem ao uso irregular do solo nas Áreas de Proteção aos Mananciais, indicando a presença de obras e edificações irregulares na área de entorno da UC, exclusivamente no município de Mairiporã;
  - 13 autos relacionados a infrações administrativas (ADM), relativas, em grande maioria, ao descumprimento de embargo de obras, com registro de edificações, em especial na área lindeira à UC no município de Bom Jesus dos Perdões;
  - 14 infrações tipificadas na categoria “Danos à UC”, em sua maioria indicando obras irregulares e danos à flora, 71% destas dentro da área do parque; Mairiporã é o município com o maior número de autuações nesta categoria, com quase 100% dos registros;
  - 24 ocorrências tipificadas na categoria “Flora” e 20 ocorrências na categoria “Obra”, indicando presença de ocupações irregulares e danos à flora, em sua maioria localizadas dentro do parque, com maior incidência na região sul, na área do município de Mairiporã.
- Observa-se em Mairiporã, um número significativo de autos relacionados à danos contra a flora, inclusive em áreas de preservação permanente; bem como de autos que indicam a ocupação irregular do solo na região, em alguns caso em áreas de proteção a mananciais, o que pode indicar vulnerabilidade à toda região Sul do Parque em relação a pressões oriundas da ocupação urbana e rural, bem como a problemas decorrentes destas como a preocupação com a manutenção da qualidade e disponibilidade de água na região. O município de Bom Jesus dos Perdões, embora em menores proporções também apresenta indicativos para um mesmo quadro de pressão da ocupação urbana, em especial na área lindeira à Noroeste da UC.
  - Em relação aos grandes empreendimentos licenciados pela CETESB na região, registra-se 2 empreendimentos de parcelamento do solo com licença prévia aprovada (2013 e 2014) na área de entorno de 3km da Unidade de Conservação.
  - Entre os anos de 2010 a 2017 (GRAPROHAB) identifica-se 27 autorizações registradas, totalizando uma área de 275 ha nos municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista.
  - Entre os anos de 2010 e 2016, registra-se ainda autorizações de supressão de vegetação aprovadas pela CETESB nos municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista com 54,73 ha de área e 2.676 árvores isoladas a serem suprimidas.

C) Na análise dos problemas e pressões decorrentes da **ocupação rural** e relacionados ao **manejo inadequado dos usos agrícolas e incêndios florestais:**

- Entre os anos de 2013 e 2016, 6 infrações tipificadas na categoria “Balões, que indicam crimes pela fabricação e soltura de balões, um risco potencial para ocorrências de incêndios florestais na unidade e; 1 infração pelo uso irregular de fogo na área do Parque.
- 40 ocorrências registradas na categoria “Fogo”, indicando em maioria incêndios florestais ocorridos na área do Parque e alguns registros de uso irregular do fogo para queimada de pasto e/ou cultura.
- Entre os anos de 2014 e 2016, total de 26 incêndios florestais: 17 ocorridos dentro da UC; 6 na área de entorno e 3 incêndios que atingiram tanto a área da UC como seu entorno. OS registros indicam que 38% dos incêndios impactaram áreas de vegetação nativa ou em regeneração, queimando um total de mais de 249 ha dentro da unidade e de 95,6 ha na área de entorno. Destes incêndios, 14 ocorrências (54%) se concentraram no município de Atibaia e 10 ocorrências (38%) no município de Bom Jesus dos Perdões. Das causas prováveis do fogo, registra-se, em 61% das ocorrências, possibilidade de relação com manejo irregular do fogo em atividades agrosilvopastoris (extração de madeira, renovação de pastagem, limpeza de terreno etc.).



D) Na análise dos problemas e pressões decorrentes de **estruturas lineares** e **conflitos de uso** e relacionados a demais **atividades ilegais** como a caça, a pesca, a coleta de espécies nativas e outras:

- Entre os anos de 2013 e 2016:
  - 3 ocorrências categorizadas como “Outros”, que identificam ilícitos não ambientais como registro de cadáver ou área de abandona e queima de veículos.
  - não foram registradas infrações e ocorrências ligadas diretamente à caça, pesca ou coleta de espécies nativas, restringindo a análise e identificação dos riscos relativos a estes tipos de crimes na área do Parque Estadual Itapetinga.
- Dentre as infraestruturas localizadas na área de estudo (3 Km), foi registrada uma rodovia estadual (SP-065), dutos e linhas de transmissão (138 kV e 440 kV).
- Na área de entorno de 3 Km do PE Itapetinga foram identificadas 8 áreas contaminadas ou reabilitadas (ano 2015), sendo 3 áreas classificadas como “Em processo de remediação”, 3 áreas classificadas como “Contaminada sob investigação” e 2 como “Em processo de monitoramento para encerramento”.

2.3.B. MAPA DE VETORES DE PRESSÃO E DE CONFLITOS DE USO

